

## Mensagem a um Bobo desconhecido

sr. Jeremias Bengaladas

1.º d. Bibas oficial da Primeira Corte da Monarquia que primeiro foi no Reino da

ACAPO

Desde início, tenho lido, quase por completo, tanto os seus contributos para manter viva a Revista "Luís Braille", como os artigos e outros contributos intelectuais dos restantes colaboradores deste seriário. Desde a primeira hora também, tenho-me sentido tentado a manifestar pontos de vista relativos a determinados aspectos da Publicação, que desejaria não fossem entendidos como uma crítica maldosa, mas tão-somente como o contraponto à linha de pensamento oficialmente difundida. Sempre tenho hesitado, mas desta vez peguei nas minhas tamanquinhas e ponho-me ao caminho, não me detendo em desnecessários devaneios, pois tenciono, em breves pinceladas, sugerir novas posturas, despertar mentes livres para o debate de ideias, lançar, em suma, achas na fogueira, por forma a suscitar novos desafios e ondulação nas águas demasiado quietas do lago que urge agitar para que os seus peixes possam receber o oxigénio indispensável à vida. Vamos, pois, ao que importa, não sem primeiro esclarecer que aproveito esta oportunidade para através do crítico social da nossa praça, ou melhor, do bobo da nossa Corte, fazer chegar alguns recados, ou talvez algumas bocas, a quem, como você, se empenha nos trabalhos que tornam possível a publicação de "Luís Braille", que apesar de ser ainda pretensamente periódica, ser a tribuna de um número muito restrito de individualidades acapianas, reflectir quase exclusivamente a óptica de uma parcela monolítica dos membros associativos, não deixa de ser uma obra meritória.

tentando não me desviar do que atrás é entendido e subentendido, peço-lhe que faça eco, com o seu ar brejeiro mas sem intelectualismos inadequados, do que passo a expor:

1. De início, fiquei um tanto chocado pelo facto de se poder constatar publicamente que ao mais alto nível da hierarquia da ACAPO a responsabilidade pelo que se diz e faz nem sempre é assumida. Hoje, porém, está naturalmente diluída essa impressão desagradável, já que, salvo em situações compreensíveis, apenas Jeremias mascara a personagem que até ao presente não quis ainda mostrar o seu verdadeiro rosto (talvez para se permitir dizer alguns inconvenientes) e o respeitável Causídico (a quem os deficientes visuais portugueses devem estar gratos pelo bom trabalho que tem realizado em "Luís Braille" acoberta o técnico jurista que, embora não assinando os seus valiosos contributos para tornar mais informados os associados da ACAPO, já pela grande maioria destes foi seguramente identificado.

2. Se apontei o dedo crítico aos que até hoje não têm tido a coragem de assumir plenamente a paternidade da obra feita, também não devo deixar passar em claro factos que merecem, pelo seu significado, o apreço generalizado de todos os não conformistas com situacionismos inadequados às vivências hodiernas. Com efeito, em "Luís Braille" de Outubro-Dezembro do ano transacto, o Dr. Francisco Alves, corajosamente, trata um tema candente, de certo modo melindroso para determinadas sensibilidades, que já há muito merecia uma reavaliação, tendo em presença as alterações operadas no tecido associativo dos deficientes visuais portugueses e não esquecendo a situação desvantajosa que a ACAPO usufrui no seio do movimento colectivo dos deficientes. Naturalmente, Sr. D. Jeremias, já entendeu que estou a referir o artigo em que o Dr. Francisco Alves, abrindo o dossier "filiação da ACAPO na UCNOD", faz uma dissecação criteriosa de grande significado no corpo de problemas que no passado próximo só

pontualmente têm sido quase timidamente tocados. Transmita, pois, ao Dr. Francisco Alves, que quis e soube ser inequivocamente frontal e claro, as merecidas felicitações pelos bons serviços que prestou, com esta sua tomada de posição, à causa dos cegos e amblíopes do nosso país.

3. Atendendo a que o nosso D. Jeremias Bengaladas (D. Bibas dos tempos modernos mas nunca D. Hermann José com quem às vezes se pretende igualar) assume umas vezes o papel do crítico social, outras o do intelectual crítico literário, outras talvez (quem sabe hoje) o do crítico dos críticos, entendo que seria vantajoso para todos nós dirigir o seu olho censório para o próprio palco onde actua, pois lá encontraria matéria bastante para exercitar a função de entertainer, tão do seu gosto. Que tal o tema do rigor e clareza na informação? Informar é obra meritória, mas só o é em verdade, se quem se entrega a essa missão o fizer sem segundos interesses, seja conscientemente rigoroso para em caso algum faltar à verdade e faça um sério esforço para apresentar com clareza a informação, por forma a não deixar margens a interpretações dúbias ou erróneas. Motivaram estas asserções algumas situações menos correctas detectadas, sem grande esforço de atenção, em "Luís Braille". Analise-se, por hipótese, tudo o que nesta publicação, em linhas e entrelinhas, tem sido escrito (inclusivamente por si) acerca da produção de livros em Estenografia Braille, e logo se concluirá que o tema é suficientemente importante para não ser tratado com ligeireza e muito menos em jeito de mofa, mas que merece um estudo meticoloso do qual resulte uma informação acabada, honestamente alicerçada em factos comprovados, uma informação que traga um contributo positivo, esclarecedor, e não que traga confusão aos que já andam suficientemente confundidos. Um outro aspecto merecedor de algum reparo é o que se prende com o associativismo pré-ACAPO. Só é possível afirmar que as associações de cegos foram uma realidade que permaneceu quase imutável durante sessenta anos (como o faz o Dr. Adelino Guerra no artigo que intitulou "Investir para construir o Futuro") quem, caindo por acidente no meio tifoassociativo, não se digne colher a informação necessária, para depois informar com veracidade, sobre o que foi o associativismo entre os cegos, o que foi realizado, principalmente na década de cinquenta e mais ainda na de sessenta e no período de 1974 a 1978. Quem faz afirmações deste teor ignora, sem dúvida, o papel desempenhado pela ABLB (posteriormente ACLB) que fora criada em 1927 para que os seus associados (fundamentalmente músicos ambulantes) pudessem contar com algum apoio, nas actividades por eles desenvolvidas para conseguir sobreviver, em condições extremamente adversas, geradas principalmente pela mentalidade então reinante tanto a nível da Igreja como dos governantes e da sociedade civil, mentalidade da qual os deficientes visuais não podiam esperar a compreensão, o entendimento da sua problemática, mas tão-somente a misericórdia, a piedade; tal como ignora que a LCJD nasceu em 1951 provocando enorme abanão e que foi factor de evolução o papel por ela desempenhado, ao colocar-se sob a tutela não do Ministério dos Assuntos Sociais mas sim do Ministério da Educação, e ao conseguir que este mesmo ministério lhe permitisse promover no seu seio actividades escolares que, por um lado, propiciaram emprego a deficientes visuais, devido a ser o corpo docente constituído quase exclusivamente por estes e, por outro, permitiu a muitos associados desta instituição a frequência e conclusão dos cursos liceais, actividades que mais tarde passaram a ser subsidiadas pelo próprio ministério que assim as reconhecia como um bem público digno de ser apoiado e incentivado; bem como desconhece, não só as importantes transformações que ao longo dos anos cinquenta e sessenta se foram operando tanto a nível das mentalidades como dos comportamentos, o que muito contribuiu para que os deficientes visuais pudessem passar a aspirar a uma vida melhor, mais

justa, mais digna de ser vivida, como também o empenho da ABLB nesta acção renovadora que, revitalizando-se e modificando a sua actuação de molde a adequar-se à realidade da época, não quis deixar-se ultrapassar pela jovem entidade tifoassociativa, facto que provocou uma competição entre ambas, às vezes desnecessariamente agressiva, que hoje, à distância penso ter sido genericamente benéfica, uma vez que as conduziu à acção, lhes deu a força anímica para fazer mais e melhor; como também ainda, não quis lembrar-se (só para referir alguns factos) da quebra do isolacionismo face a organizações internacionais (primeiro IFB e depois WCWB), das visitas de estudo (portanto contactos com outras realidades) a instituições estrangeiras, das comemorações do Cinquentenário da Morte de José Cândido Branco Rodrigues, e ciclo de conferências promotoras da actividade de fisioterapeuta para deficientes visuais bem como cursos de formação neste domínio que foram realizados e suportados pelas associações, o surgimento de novos serviços -- como o refeitório, lavandaria, consultório médico, apoio social e jurídico, abertura do departamento de materiais, publicação dos primeiros periódicos em sonoro ("Cassette da Semana"), em 1976-78, e Galáxia", em 1986-88), etc.

4. Entendo não ser compatível com as normas que presidem à selecção da informação a incluir em cada número de uma publicação periódica, o facto de em "Lluís Braille" de Outubro-Dezembro de 1992 se referirem a acontecimentos, como pertencendo ao passado, que, em rigor da verdade, apenas ocorreram em 1993. Será que os responsáveis por esta publicação têm dons premonitórios? Duvido.

Muitos outros aspectos em "Luis Braille" merecem uma análise cuidada tendo em vista o seu redireccionamento, de molde a melhorar a qualidade da informação. Veja-se o conceito de investimento defendido no artigo "Investir para construir o Futuro", que assenta em dados falseadores da realidade, já que não é considerado que a curva de inflação da propriedade imobiliária se tem apresentado com tendência para estabilizar, não considera outras ofertas do mercado de capitais ou de bens de consumo, e parece ignorar que no momento a ACAPO deve, atendendo à sua difícil situação financeira, fazer investimentos de capitais em fontes que gerem receitas e não que as consumam para serem mantidos, dando origem a endividamentos (como é o caso presente, pois deve já 28 milhões de pesetas à ONCE e contraiu, a juros de 19%, um empréstimo de 15 milhões de escudos a uma entidade bancária) que comprometem o seu futuro; observe-se a falta de rigor na informação, como naquela em que se afirma que "Dorina Nowill conseguiu ser a primeira, e até hoje a única mulher, presidente da União Mundial para o Bem-Estar dos Cegos", pois que, tanto quanto se sabe, não só esta entidade já mais existiu, como também a União Mundial dos Cegos tem sido presidida por homens e só o Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos foi de facto presidido por uma mulher (Dorina Nowill), tal como a Federação Internacional dos Cegos foi presidida por uma outra (a paquistanesa Dr.a Fatima Sha); pondere-se a sua inclassificável invectiva contra Humberto Eco (um expoente das letras modernas) só porque este, na sua obra "O Nome da Rosa", que é apreciada por todos quantos de mente são a lêem, coloca como protagonista um indivíduo cego requintadamente maquiavélico, que, naturalmente, deveria ter sido uma personagem normovisual para assim atrair a fúria de todos estes, à semelhança do que possivelmente sucedeu em relação a Marlowe, Shakespeare, Eça de Queirós, Thomas Mann, Irving Wallace, Sidney Sheldon e tantos outros que pintaram figuras de visão normal como sendo autênticas aberrações humanas; atente-se, para finalizar, nas críticas pouco veladas

a sócios da ACAPO, em contraste com as apreciações feitas em termos despropositadamente elogiosos a dirigentes desta, que parece não se incomodarem com o marketing que deles se faz num "órgão de comunicação social" que deveria estar ao serviço de causas mais nobres.

Relendo o que acabo de lançar ao papel, sinto-me tentado a reformular, tanto na forma como no conteúdo, algumas mensagens que espelham o ponto de vista (e somente isso) de um fiel leitor de "Luís Braille" que despretensiosamente deseja contribuir para que algo se faça a favor de uma melhor qualidade da informação de que todos carecemos, ou seja, da informação rigorosa, clara, despida de tendenciosas insinuações, duplo sentido e outras confusões. No entanto, venço a tentação e não modifico absolutamente nada o que com alguma espontaneidade nasceu, já que, de algum modo, é o eco do pulsar de um sector associativo que normalmente, por razões diversas, fala muito mas age pouco e reflecte o sentir de um sócio que não tem o hábito de se reduzir ao silêncio, esperando que outros se decidam "a pegar a batata quente" e que, sem outra pretensão, deseja contribuir para que as atitudes, pelo menos no plano literário, sejam mais sérias, mais verticais e mais sociais, tendo sempre em vista a coesão que parece cada vez mais não ser viável entre os que tanto se esforçaram para que a ACAPO (entidade unitária, democrática, fraterna e tantas outras coisas belas) pudesse ser uma realidade.

Deixo, pois, este esboço, às vezes gizado com alguma ironia e até mordacidade (em vã tentativa de me sintonizar um pouco com o seu estilo), à sua irreverente interpretação, esperando que, pelo menos, ele forneça motivos para outras grotescas exaltações.

"Algo vai mal no Reino da Dinamarca"! É urgente uma mudança de atitudes, impõe-se um esforço colectivo que nos dê a união e a força que nos têm faltado para procurarmos as soluções mais adequadas aos problemas que a todos afectam.

Isidro E. Rodrigues.